

EGON BOCKMANN MOREIRA

*Coordenador*

TRATADO DO EQUILÍBRIO  
ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, CONCESSÕES,  
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, TAXA INTERNA  
DE RETORNO, PRORROGAÇÃO ANTECIPADA E  
RELICITAÇÃO

2ª edição, revista, ampliada e atualizada de  
*Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno*

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2016 Editora Fórum Ltda.  
2019 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Lúis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Estes foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com AACR2

T776 Tratado do equilíbrio econômico-financeiro: contratos administrativos, concessões, parcerias público-privadas, Taxa Interna de Retorno, prorrogação antecipada e relicitação / Egon Bockmann Moreira (Coord.). - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.

658p. ; 17cm x 24cm.

2ª edição, revista, ampliada e atualizada de *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno*

ISBN: 978-85-450-0553-7

1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Parcerias público-privadas. 4. Direito Econômico. I. Moreira, Egon Bockmann. II. Título.

CDD: 341

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Egon Bockmann. (Coord.). *Tratado do equilíbrio econômico-financeiro: contratos administrativos, concessões, parcerias público-privadas, Taxa Interna de Retorno, prorrogação antecipada e relicitação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 658p. ISBN 978-85-450-0553-7.

1145734

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	19

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E A TAXA INTERNA DE RETORNO: A LÓGICA DAS CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	31

## PRIMEIRA PARTE

## A LÓGICA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMPLEXOS

REVISÃO TARIFÁRIA SUBSTITUTIVA DA MODELAGEM ECONÔMICA LICITADA	
<b>Alexandre Santos de Aragão</b> .....	35
I A consulta e seus pressupostos econômicos.....	35
II O conceito de marco regulatório: estabilidade na mudança .....	36
III Mecanismos de mudança do valor tarifário no direito brasileiro .....	39
IV As revisões tarifárias no marco regulatório ferroviário e a inexistência de divisão de ganhos de eficiência .....	41
V A verdadeira natureza da inovação tarifária proposta, que não é de uma revisão tarifária .....	45
VI Limites do <i>jus variandi</i> do Estado nos contratos de concessão e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	48
VII Análise comparativa intersetorial .....	52
VIII Resposta aos quesitos.....	53

## O PRAZO NAS CONCESSÕES E AS NORMAS QUE ESTIPULAM VIGÊNCIA MÁXIMA DO VÍNCULO: ALGUMAS INQUIETAÇÕES

<b>Bernardo Strobel Guimarães</b> .....	57
1 O prazo como dimensão do equilíbrio econômico-financeiro .....	57
2 Inviabilidade de estabelecer prazo máximo para concessão comum em leis de alcance estadual ou municipal.....	59
3 A tutela dos direitos do concessionário e o prazo máximo do contrato: direito subjetivo à prorrogação e, sucessivamente, à suspensão das obrigações .....	62
4 Conclusão.....	68

## DIREITO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO NA PRESTAÇÃO PRECÁRIA DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

<b>Carlos Ari Sundfeld</b> .....	71
1 Consulta .....	71
2 Colocação do problema e ângulos de análise.....	72
3 A requisição administrativa de serviços é sempre onerosa para o requisitante .....	73
4 As prestadoras de serviço de transporte intermunicipal de passageiros são agentes regulados sujeitos a deveres e também a direitos.....	76
5 A gratuidade proporciona perda às prestadoras, independentemente de haver ocupação plena dos ônibus .....	81
6 Efeitos da falta de compensação.....	82
7 Conclusão.....	85

## CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE LONGO PRAZO: A LÓGICA DE SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	89
1 A necessidade de se integrar o Direito Administrativo à Economia e às Finanças .....	89
2 A economia e as finanças dos contratos administrativos: as várias racionalidades.....	91
3 A lógica do equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos de longo prazo .....	92
4 O efetivo equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos de longo prazo .....	96
5 Considerações finais.....	98

## O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS CONCESSÕES E PPPS: FORMAÇÃO E METODOLOGIAS PARA RECOMPOSIÇÃO

<b>Fernando Vernalha Guimarães</b> .....	99
1 O equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos: enquadramentos iniciais.....	99
2 A teoria da equação econômico-financeira nos contratos de longo prazo: a superação da <i>teoria das âleas</i> .....	100
3 A formação da equação econômico-financeira nos contratos de longo prazo: a estabilidade do equilíbrio contratual e a densidade da matriz de riscos .....	101
3.1 A incompletude dos contratos e as distorções geradas no processo de licitação.....	102
3.2 O deslocamento do papel de alocar riscos ao juiz .....	104
3.3 A incompletude desejada: a abertura dos contratos de longo prazo às renegociações .....	105
3.4 Alguns critérios (jurídicos e econômicos) a orientar a alocação dos riscos em contratos de longo prazo.....	105
3.4.1 As regras jurídicas aplicáveis à alocação dos riscos e à definição da equação econômico-financeira dos contratos de longo prazo .....	106
3.4.2 A alocação dos riscos e o princípio da eficiência .....	107
3.4.2.1 A alocação eficiente de riscos.....	107
4 A tutela jurídica dos riscos extracontratuais .....	108
5 As formas e os critérios financeiros a orientar a recomposição do equilíbrio contratual.....	110

5.1	Antinomia contratual: quando a TIR e outros fatores de balizamento de rentabilidade são utilizados na definição do equilíbrio contratual.....	114
5.2	Impossibilidade de reequilíbrio contratual com vistas a alterar a TIR do contrato de concessão ou de PPP .....	116

## A IMPREVISÃO NA PREVISÃO E OS CONTRATOS CONCESSIONAIS

<b>Flavio Amaral Garcia</b> .....	119
Introdução.....	119
Revisitando a Teoria da Imprevisão .....	120
A partilha dos riscos: a previsibilidade dos eventos e a imprevisibilidade nas suas consequências com a alteração da base objetiva do negócio.....	124
Uma última nota .....	132

## O EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO NAS CONCESSÕES: DINAMISMO E SEGURANÇA JURÍDICA NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

<b>Floriano de Azevedo Marques Neto, Caio de Souza Loureiro</b> .....	135
1 Equilíbrio econômico-financeiro em revista.....	136
1.1 A razão de se pensar e proteger o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos .....	136
1.2 O que caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos.....	138
2 Considerações sobre o regime jurídico das concessões .....	140
2.1 A necessária distinção dos regimes de contratação administrativa.....	140
2.2 As características do regime concessionário.....	144
3 Os elementos do equilíbrio econômico-financeiro das concessões .....	145
3.1 As condições da proposta na concessão.....	146
3.2 O caráter dinâmico do equilíbrio econômico-financeiro das concessões.....	149
3.3 A utilização desvirtuada do conceito de equilíbrio econômico-financeiro dinâmico .....	153
Conclusão.....	156

## ISENÇÕES E DESCONTOS TARIFÁRIOS DE CARÁTER ASSISTENCIAL EM SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS: REQUISITOS DE VALIDADE E EFICÁCIA

<b>Gustavo Binenbojm</b> .....	159
A consulta .....	159
I Ineficácia do art. 40 da Lei nº 10.741/2003.....	161
I.1 Da ineficácia por ausência de previsão, em lei formal, de fonte de custeio integral para o benefício assistencial, simultaneamente à sua instituição.....	161
I.2 Da ineficácia por ausência de simultânea revisão da estrutura tarifária, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou permissão.....	167
II Invalidez do art. 40 da Lei nº 10.741/2003.....	168
II.1 Da inconstitucionalidade material: violação aos princípios da igualdade e da razoabilidade.....	168
II.1.1 Problema de isonomia externa: criar benefício assistencial em relação a bens não prioritários configura quebra de isonomia, pois não há elemento de razoabilidade que justifique o custeio de um grupo social pelos contribuintes ou pelos demais usuários do serviço público .....	169

II.1.2	Problema de isonomia interna. Impossibilidade da utilização de critério de discriminação temporal aleatório. Tratamento desigual para pessoas em idêntica situação.....	175
II.2	Da inconstitucionalidade formal: violação ao princípio da independência e harmonia entre os poderes e à reserva de administração.....	177
III	Conclusões.....	179

## AS NOVAS DIRECTIVAS DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E CONCESSÕES E A REFORMA DA LEGISLAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS

<b>Licínio Lopes Martins</b> .....	181
Nota prévia .....	181
1    As principais novidades e impactos no plano procedimental .....	183
1.1    A consulta preliminar ao mercado .....	183
1.2    Um novo (e problemático) impedimento/motivo de exclusão dos operadores económicos .....	184
1.3    As inovadoras derrogações a impedimentos/motivos de exclusão estabelecidas directamente pelas Directiva: em especial, as dívidas de impostos e de contribuições à segurança social .....	184
1.4    O inovador alargamento dos poderes da entidade adjudicante à verificação da existência de motivos de exclusão de subcontratados .....	185
1.5    Os procedimentos de licitação, a divisão de contratos em lotes e a “contratação pública estratégica” .....	185
1.6    A introdução de novos procedimentos adjudicatórios e, ainda, a “contratação pública estratégica” .....	189
1.6.1    A novidade das parcerias para a inovação .....	189
1.6.2    Procedimentos especialmente dirigidos à celebração de certos contratos .....	191
1.7    Ainda a abertura à inovação através da contratação pública: as propostas variantes .....	195
1.8    A preferência pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa (ainda a “contratação pública estratégica”).....	196
1.9    Documento Europeu Único de Contratação Pública .....	197
2    As principais novidades e impactos ao nível do regime substantivo dos contratos públicos (independentemente da natureza destes – contratos de direito administrativo ou contratos de direito privado) .....	198
2.1    A transferência de pagamentos para os subcontratados e a mudança do regime clássico dos subcontratos.....	198
2.2    A uniformização de aspectos centrais do regime substantivo dos contratos públicos e concessões no espaço europeu: o regime de modificação e a sua inobservância como (uma nova) causa extintiva dos contratos.....	200
2.3    As novas Directivas europeias da contratação pública e concessões e a necessidade de proceder à conjugação sistemática de regimes substantivos e processuais.....	205

<b>SOBRE A NOVA DEFINIÇÃO EUROPEIA DE CONCESSÃO (DIRETIVA 2014/23/UE)</b>	
<b>Lino Torgal</b> .....	219
Introdução.....	219
1    Elementos da definição: direito de exploração e risco de exploração.....	224
2    Pode haver ‘concessão’ sem risco de exploração? .....	241
3    O risco nas concessões e nos mercados públicos .....	244
 <b>REGULAÇÃO ECONÔMICA DE INFRAESTRUTURA E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: REFLEXOS DO MODELO DE REGULAÇÃO SOBRE O MECANISMO DE REEQUILÍBRIO A SER ADOTADO</b>	
<b>Lucas Navarro Prado, Denis Austin Gamell</b> .....	251
Introdução.....	251
1    Monopólio natural e intervenção estatal.....	253
2    Regulação discricionária.....	254
2.1  Regulação Discricionária por Preço-Teto ( <i>Price-Cap</i> ) ou RPI-X .....	255
2.2  Regulação discricionária por custo do serviço ( <i>Cost-Plus</i> ) ou <i>rate of return</i> (ROR) .....	257
2.3  Equilíbrio econômico-financeiro na regulação discricionária.....	259
3    Regulação por contrato ( <i>Regulation by contract</i> ) .....	260
3.1  Equilíbrio na regulação por contrato e teoria da imprevisão.....	262
3.2  Equilíbrio na regulação por contrato e eventos de compensação .....	263
3.3  Metodologia de recomposição do equilíbrio em regulação por contrato .....	265
Conclusões.....	268
 <b>RISCO CAMBIAL EM CONTRATOS DE CONCESSÃO</b>	
<b>Marcos Nóbrega, Marcelo Bruto</b> .....	271
Introdução.....	271
1    O tratamento histórico do risco cambial .....	274
2    Risco cambial na teoria e na experiência internacional.....	275
3    Novas tendências de enfrentamento do risco cambial no Brasil .....	276
Conclusão.....	278
 <b>PRORROGAÇÕES EM CONTRATOS DE CONCESSÃO</b>	
<b>Mariana Dall’Agnol Canto, Rafaella Peçanha Guzela</b> .....	281
Introdução.....	281
1    O dever de reequilíbrio econômico-financeiro.....	282
2    Prorrogação extraordinária e prorrogação ordinária .....	286
3 <i>Prorrogação extraordinária</i> : o tempo enquanto elemento econômico-financeiro.....	290
Considerações finais.....	294
 <b>LA DIRECTIVA 2014/23/UE Y LA TIPIFICACIÓN DE LOS CONTRATOS DE “CONCESIÓN DE OBRAS” Y “CONCESIÓN DE SERVICIOS”. ANÁLISIS PARTICULAR DEL EL CONCEPTO DE TRANSFERENCIA DE RIESGO OPERACIONAL</b>	
<b>Patricia Valcárcel Fernández</b> .....	295
1    La Directiva 2014/23/UE del parlamento Europeo y del consejo, de 26 de febrero de 2014, relativa a la adjudicación de contratos de concesión.....	295

2	Estructura básica y aspectos generales de contenido de la Directiva 2014/23/UE de concesiones.....	301
3	La repercusión que ha tenido la concepción europea de las “concesiones de servicios” en la tipificación de los tipos contractuales en el ordenamiento jurídico español .....	316

## FUNÇÃO DO CASO BASE EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE CONCESSÃO

<b>Pedro Costa Gonçalves</b> .....	325
1 Riscos e incertezas nos contratos de concessão.....	325
2 Repartição de riscos; o risco de exploração .....	327
3 O <i>caso base</i> e a sua dupla natureza .....	329
4 O <i>caso base</i> e a reposição do equilíbrio financeiro do contrato.....	331

## MANTENIMIENTO DEL EQUILIBRIO ECONÓMICO Y RESPONSABILIDAD PATRIMONIAL COMO TÉCNICAS DE MODERACIÓN DEL RIESGO CONCESIONAL

<b>Rafael Fernández Acevedo</b> .....	339
Introducción .....	339
1 Claves de la técnica concesional.....	341
1.2 Breve consideración del concepto de riesgo operacional y sus límites en la Directiva 2014/23/UE.....	345
2 El mantenimiento del equilibrio económico y financiero de la concesión como imprescindible límite (parcial) a la transferencia de riesgos al concesionario .....	349
3 La responsabilidad patrimonial de la administración (RPA) en casos de resolución concesional.....	359

## O PRAZO COMO ELEMENTO DA ECONOMIA CONTRATUAL DAS CONCESSÕES: AS ESPÉCIES DE “PRORROGAÇÃO” .....

<b>Rafael Vêras de Freitas, Leonardo Coelho Ribeiro</b> .....	371
Introdução.....	371
1 A incompletude dos contratos de concessão como justificativa da extensão de sua vigência .....	372
2 As peculiaridades do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ....	376
3 O regime jurídico do prazo nas concessões.....	379
3.1 A ausência de prazo máximo e número máximo de prorrogações na Lei nº 8.987/1995 .....	379
3.2 A vedação à concessão por prazo indeterminado .....	380
3.3 A vedação à prorrogação automática .....	381
4 As espécies de “prorrogação” dos prazos nas concessões .....	382
4.1 Prorrogação contratual premial.....	384
4.2 Antecipação do prazo contratual mediante contrapartida.....	384
4.3 Extensão de prazo contratual para fins de reequilíbrio .....	385
Conclusões.....	386
Referências.....	387



<b>EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REDUÇÃO TARIFÁRIA</b>	
<b>Thiago Marrara, André Souza</b> .....	389
1 Introdução.....	389
2 Equilíbrio econômico-financeiro: noções gerais.....	390
3 O equilíbrio econômico-financeiro no direito brasileiro.....	392
4 Mecanismos tarifários e não tarifários de reequilíbrio.....	394
5 Reequilíbrio em favor do poder público? .....	398
6 Reequilíbrio e causas de redução tarifária .....	399
7 Conclusão.....	402
Referências .....	403

## SEGUNDA PARTE

**A TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) COMO TÉCNICA DE AFERIÇÃO  
DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

<b>SOBRE O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DAS CONCESSÕES E A TAXA INTERNA DE RENDIBILIDADE (TIR) ACCIONISTA: UMA PERSPECTIVA ECONÓMICA</b>	
<b>António Martins</b> .....	407
1 Introdução.....	407
2 Um contrato de concessão visto como um projecto de investimento: estimativas e rendibilidade prevista .....	408
3 Algumas fontes de desequilíbrio financeiro e seu reflexo na TIR accionista.....	416
4 Formas possíveis de reposição do equilíbrio financeiro que influenciam a TIR accionista.....	417
5 Duas notas finais: a possibilidade de sucessivos desequilíbrios e a questão da partilha do risco financeiro .....	420
Referências .....	420

<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE LONGO PRAZO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)</b>	
<b>Egon Bockmann Moreira, Rafaella Peçanha Guzela</b> .....	421
Introdução.....	421
1 Equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio.....	422
1.1 O equilíbrio econômico-financeiro em contratos de longo prazo .....	424
1.2 Condições do contrato enquanto substrato de seu equilíbrio econômico-financeiro....	427
2 A Taxa Interna de Retorno (TIR) como parâmetro do equilíbrio econômico financeiro .....	428
2.1 TIR do Projeto <i>versus</i> TIR Alavancada.....	433
2.2 TIR em compensações diluídas no tempo: reequilibrando com desequilíbrio?.....	434
2.3 A eventual inadequação da TIR original a novos investimentos .....	438
2.4 TIR modificada.....	439
Considerações finais.....	440

## ANÁLISE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E DAS CONCESSÕES A PARTIR DA TEORIA DAS OPÇÕES REAIS

<b>Gabriel Jamur Gomes, Stéphanie Luíse Pagel Scharf</b> .....	443
Introdução.....	443
1    Análises de investimentos e suas influências nos contratos administrativos de longo prazo (PPP e concessões) .....	443
2    O método das opções reais.....	446
3    Comparação entre o método das opções reais, VPL e TIR para avaliação de investimentos .....	451
Conclusão.....	454

## RENTABILIDADE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

<b>Gabriel Muricca Galípolo, Ewerton de Souza Henriques</b> .....	455
Introdução.....	455
Investimento e rentabilidade .....	457
Critérios de avaliação de projetos .....	462
A determinação da TIR.....	467
Conclusão.....	470

## PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE CONCESSÃO PATROCINADA: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E TAXA INTERNA DE RETORNO

<b>José Anacleto Abduch Santos</b> .....	473
1    Introdução.....	473
2    A equação econômico-financeira dos contratos de concessão de serviços públicos .....	475
3    Disposições legais sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de parceria público-privada .....	476
4    O investimento privado na PPP e o retorno financeiro do projeto – análise de viabilidade: <i>payback</i> , valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR).....	478
5    O desequilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos de parceria público-privada.....	482
6    As formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da parceria público-privada.....	484
6.1    Reajuste contratual e a taxa interna de retorno.....	485
6.2    Hipóteses que justificam a revisão contratual para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato violado pela modificação da taxa interna de retorno – TIR .....	485
6.2.1    Recomposição da taxa interna de retorno em decorrência de modificação dos contratos de concessão patrocinada.....	486
6.2.2    A modificação do prazo da concessão como fator relevante de modificação da taxa interna de retorno.....	488
6.2.3    Recomposição da taxa interna de retorno em decorrência de fato da Administração e fato do príncipe.....	489
6.2.4    Recomposição da taxa interna de retorno em decorrência de evento da álea econômica, caso fortuito, força maior ou sujeição imprevista .....	491

7	Considerações adicionais sobre a recomposição da taxa interna de retorno – TIR .....	493
8	A questão das fontes paralelas de receita e a taxa interna de retorno .....	493
9	O planejamento da contratação da parceria público-privada e a definição da taxa interna de retorno do projeto – TIR do projeto da PPP .....	495
10	Conclusões .....	498
	Referências .....	499

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO: A QUESTÃO DA TIR

<b>Marçal Justen Filho</b> .....	501
1 Considerações sobre a atribuição de encargos nos contratos de concessões .....	501
1.1 Os riscos decorrentes da elevação tributária .....	501
2 A noção de equilíbrio econômico-financeiro .....	501
2.1 A equivalência jurídica .....	502
2.2 As dimensões econômicas e financeiras.....	502
2.3 A noção inerente aos contratos sinalagmáticos.....	502
2.4 A tutela diferenciada quanto aos contratos administrativos .....	502
2.4.1 Ainda a proteção reforçada aos interesses coletivos .....	502
2.4.2 Os direitos fundamentais dos integrantes da coletividade .....	502
2.4.3 Os direitos fundamentais da parte privada.....	503
2.4.4 A tutela equivalente aos direitos fundamentais.....	503
2.5 A intangibilidade da equação econômico-financeira .....	503
2.5.1 A estimativa entre encargos e vantagens .....	503
2.5.2 A preservação da relação original.....	504
3 A questão da partilha do risco.....	504
3.1 A partilha dos riscos e suas decorrências .....	504
3.1.1 A prestação buscada pela Administração .....	504
3.1.2 O risco como um custo necessário à execução contratual .....	504
3.1.3 A transferência dos riscos ao particular .....	504
3.1.4 A precificação dos riscos do particular.....	505
3.1.5 O problema fundamental da partilha dos riscos .....	505
3.1.6 A responsabilidade direta ou indireta da Administração .....	505
3.1.7 A partilha ineficiente de riscos .....	505
3.1.8 A controvérsia quanto aos riscos.....	505
3.2 A relação entre autonomia e lucratividade.....	506
3.2.1 O poder de escolha e suas decorrências .....	506
3.2.2 Ainda a correlação entre riscos e lucro.....	506
3.2.3 A variação de riscos e a ausência de variação da lucratividade .....	506
3.3 O risco e a ausência da garantia do lucro.....	506
3.3.1 O risco e a incerteza do resultado .....	507
3.3.2 A ausência de um direito ao lucro .....	507
3.3.3 A garantia da perspectiva do lucro.....	507
3.4 A partilha de riscos e a equação econômico-financeira .....	507
3.4.1 O risco atribuído ao particular.....	507
3.4.2 A consumação do evento compreendido no risco do particular .....	507
3.4.3 O evento superveniente não compreendido no risco do particular.....	507

4	Os tipos de contratação administrativa.....	508
4.1	Contratos de colaboração e contratos de delegação.....	508
4.1.1	Contratos de colaboração.....	508
4.1.2	Os contratos de delegação.....	508
4.2	A variação qualitativa dos riscos inerentes às contratações.....	509
4.2.1	Os riscos no contrato de delegação.....	509
4.2.2	A redução da autonomia no contrato de colaboração.....	509
4.3	A dupla dimensão dos riscos no contrato de delegação.....	510
4.3.1	A unidimensionalidade dos riscos no contrato de colaboração.....	510
4.3.2	A bidimensionalidade dos riscos no contrato de delegação.....	511
4.4	A questão do “risco da demanda”.....	511
4.4.1	As variações decorrentes de fatores complexos.....	511
4.4.2	Os reflexos da concepção básica do projeto.....	511
4.4.3	O risco assumido pelo delegatário.....	511
4.5	A dimensão dos investimentos e a variável quanto ao tempo.....	512
4.5.1	Investimentos pouco significativos no contrato de colaboração.....	512
4.5.2	Investimentos relevantes no contrato de delegação.....	512
4.5.3	A variação do tempo e seus efeitos sobre a lucratividade.....	512
4.6	A concepção adotada pelo particular.....	512
4.6.1	O ônus do particular quanto à concepção da proposta.....	513
4.6.2	A relativa simplicidade dos contratos de colaboração.....	513
4.6.3	A elevada complexidade nos contratos de delegação.....	513
4.7	A equação econômico-financeira e os dois tipos contratuais.....	514
4.7.1	A tutela indiscriminada à equação econômico-financeira.....	514
4.7.2	A preservação da relação original entre encargos e vantagens.....	514
4.8	Tipos contratuais e recomposição da equação.....	515
5	A recomposição em contratos de colaboração.....	515
5.1	Regra geral: o desequilíbrio acarretado por variação dos encargos.....	515
5.2	A exceção: variação das vantagens.....	515
5.3	A hipótese de inadimplemento.....	516
5.4	O modo de apuração do desequilíbrio.....	516
5.4.1	A planilha de preços unitários.....	516
5.4.2	A solução apropriada.....	516
6	A recomposição nos contratos de delegação.....	517
6.1	Ainda as peculiaridades do contrato de delegação.....	517
6.1.1	Ainda a pluralidade de dimensões dos riscos.....	517
6.1.2	A inter-relação entre despesas e receitas.....	517
6.1.3	O problema da ausência de garantia de receita.....	517
6.1.4	A repercussão dos efeitos ao longo do tempo.....	518
6.1.5	A consideração ampla e sistêmica dos efeitos.....	518
6.1.6	A adoção de providências globais.....	518
7	O modo de apuração do desequilíbrio nos contratos de concessão.....	518
7.1	A solução difundida: o uso da Taxa Interna de Retorno.....	519
7.2	A complexidade e heterogeneidade do empreendimento.....	519
7.3	A relevância das diversas variações.....	519
7.4	A dificuldade na avaliação da rentabilidade do investimento.....	519

7.5	O instrumento da Taxa Interna de Retorno .....	519
7.5.1	A identificação da figura da TIR.....	520
7.5.2	A TIR como indicativo dos resultados estimados .....	520
7.6	A função primordial da TIR.....	521
7.7	A natureza “artificial” das projeções .....	521
7.7.1	A questão da taxa de desconto adotada.....	521
7.7.2	A ausência de vínculo de pertinência com a realidade.....	521
7.8	A utilidade da TIR para restaurar situações de desequilíbrio .....	521
7.8.1	A ocorrência do desequilíbrio e o modo de sua avaliação.....	522
7.8.2	A TIR projetada e a TIR efetiva em um momento determinado .....	522
7.8.3	A adoção de providências de restabelecimento da TIR projetada .....	522
7.9	A problemática da variação da TIR.....	522
7.9.1	As variações do empreendimento e seus reflexos .....	522
7.9.2	A TIR como instrumento para dimensionar o desequilíbrio .....	522
7.9.3	O uso da TIR: um mecanismo aritmético para representar a realidade .....	523
7.10	O descabimento da desnaturação do contrato .....	523
7.10.1	A relação original entre encargos e vantagens projetados .....	523
7.10.2	Ainda o risco: a irrelevância dos dados da realidade .....	523
7.10.3	A alteração das condições previstas e a questão do risco.....	524
8	A objetivação da concepção: o plano de negócios .....	524
8.1	A objetivação da concepção: o plano de negócios .....	524
8.1.1	O plano de negócios do empreendimento.....	524
8.1.2	As formulações hipotéticas .....	524
8.2	A disciplina do plano de negócios no ato convocatório .....	525
8.2.1	As regras do edital.....	525
8.2.2	A elaboração do plano de negócios e os riscos assumidos.....	525
8.3	O descabimento de alteração do plano de negócios.....	526
8.4	A recomposição da equação e o plano de negócios.....	526
8.4.1	A avaliação da TIR com base no plano de negócios .....	526
8.4.2	A identificação do evento danoso .....	526
8.4.3	O uso do plano de negócios para determinar os efeitos danosos .....	526
8.4.4	O uso do plano de negócios para a recomposição.....	527
8.4.5	O restabelecimento da TIR original .....	527
9	Conclusão.....	527
	Referências.....	528

## OS LIMITES E A APLICAÇÃO DA TAXA INTERNA DE RETORNO

<b>Marcos Nóbrega</b> .....	529
A Taxa Interna de Retorno com instrumento de avaliação de rentabilidade .....	530

## O QUE TODO PROFISSIONAL DE INFRAESTRUTURA PRECISA SABER SOBRE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONCESSÕES E PPPS (MAS OS NOSSOS JURISTAS AINDA NÃO SABEM)

<b>Mauricio Portugal Ribeiro</b> .....	537
1    Introdução.....	537

2	A função compensatória da atividade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e um exemplo de processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro .....	538
3	O motor de arranque de qualquer processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro é a verificação da distribuição contratual de riscos .....	538
4	Qual é a função da compensação (recomposição do equilíbrio)?.....	539
5	O caso base do plano de negócios da concessão como parâmetro representativo do contrato em estado de equilíbrio .....	539
6	Metodologia para cálculo do valor da compensação: como se calcula a compensação?.....	539
6.1	E se o Poder Concedente reembolsasse a concessionária à vista pelos custos adicionais para consertar a praça de pedágio?.....	540
6.2	Mas e se o Poder Concedente resolver não reembolsar à vista, mas pagar a prazo à concessionária? .....	540
6.3	Para tratamento do valor do dinheiro no tempo deve ser utilizada a taxa de retorno do projeto (desalavancada) ou a do acionista (alavancada)? .....	541
6.4	A escolha da forma de compensar a concessionária .....	543
6.5	Procedimento para a definição do valor da compensação .....	544
7	Conclusão.....	545

## CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS: ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E A TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

<b>Sérgio Guerra</b> .....	547
1 Revisão tarifária pelo “custo do serviço” .....	550
2 Revisão tarifária quinzenal por “Fluxo de Caixa Descontado” .....	552
3 Taxa Interna de Retorno (TIR) nas concessões sob a ótica normativa .....	553
4 Taxa Interna de Retorno (TIR) nas concessões sob a ótica dos órgãos de controle.....	555
Conclusões.....	559

## OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTO E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE LONGO PRAZO

<b>Stéphanie Luíse Pagel Scharf, Heloisa Conrado Caggiano</b> .....	561
1 Introdução.....	561
2 Principais índices de análise de projetos de investimentos.....	563
2.1 Fluxo de Caixa do Investimento.....	564
2.2 Valor Presente Líquido (VPL) .....	568
2.3 Valor Presente Líquido anualizado (VPLa) .....	570
2.4 Valor periódico uniforme (VPU) .....	570
2.5 Índice Custo/Benefício (IBC).....	571
2.6 Retorno Adicional sobre o Investimento (ROIA) .....	571
2.7 Taxa Interna de Retorno (TIR) .....	572
2.8 Período de recuperação do investimento ( <i>pay-back</i> ).....	574
2.9 Ponto de Fisher .....	574
3 A adequada avaliação da rentabilidade de contratos públicos de longo prazo.....	575

4	A metodologia de análise da rentabilidade dos contratos de concessão do Tribunal de Contas da União (TCU).....	578
5	A metodologia multi-índice.....	579
6	Conclusão.....	581
	Referências.....	582

## A FLEXIBILIDADE DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA EM PROJETOS DE CONCESSÕES E PPPS: POR QUE A TIR NÃO É SEMPRE SOLUÇÃO?

<b>Tarcila Reis Jordão, Rafael Alves Maia</b> .....	583
Introdução.....	583
1    Os três problemas: por que a TIR por si só não faz sentido em projetos intensivamente operacionais?.....	585
1.1    A constatação de margem de rentabilidade incompatível com os riscos das atividades operacionais.....	585
1.2    A dificuldade em defender politicamente a TIR alta em decorrência da tentativa de incorporar a margem operacional praticada no setor.....	587
1.3    A constatação de tendência à margem zero em hipótese de recomposição do equilíbrio decorrente de impacto financeiro nos custos operacionais.....	589
2    A viabilidade jurídica da flexibilidade na composição da estrutura remuneratória do concessionário.....	592
2.1    A flexibilidade do ordenamento jurídico brasileiro quanto à estrutura de remuneração do concessionário.....	592
2.2    A legitimação da diferenciação tarifária decorre não apenas de critérios subjetivos, mas também de critérios objetivos.....	596
2.3    Metodologia que incorpore expectativa de margem não desnatura os contratos de concessões porque a modelagem jurídica depende também de escolha administrativa qualitativa, não meramente quantitativa.....	599
2.4    O que dizem os órgãos de controle a respeito da utilização de margem em concessões?.....	601
Conclusão.....	603

## LEVANDO A SÉRIO A REMUNERAÇÃO NOS CONTRATOS PÚBLICOS DE LONGO PRAZO

<b>Vitor Rhein Schirato, Júlio César Moreira Barboza</b> .....	605
I    Introdução.....	605
II   A formulação da teoria clássica dos contratos administrativos.....	607
III  A teoria atual dos contratos administrativos.....	608
IV   Os sistemas de remuneração dos contratos administrativos de longo prazo.....	611
V    A obrigatoriedade de preservação da TIR em certos contratos de longo prazo.....	613
VI   Considerações finais.....	615
Referências.....	616

TERCEIRA PARTE  
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E RELICITAÇÃO

**PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E RELICITAÇÃO Nº 13.448/17 – PERGUNTAS E RESPOSTAS**

<b>Bernardo Strobel Guimarães, Heloísa Conrado Caggiano .....</b>	<b>621</b>
1 Considerações gerais.....	621
2 Elegibilidade dos projetos, quais contratos podem ser prorrogados?.....	621
2.1 E os contratos que não atendem aos requisitos de elegibilidade, o que é deles?.....	622
3 Sobre as prorrogações e seu regime legal .....	623
3.1 Quais são as espécies de prorrogação contempladas na Lei? .....	623
3.2 Quais são as providências necessárias para se prorrogar os contratos?.....	624
3.3 Qual é o regime da prorrogação antecipada?.....	625
3.4 As normas da Lei aplicam-se aos casos em que a prorrogação visa a recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato?.....	625
3.5 O que o contrato deve prever para que possa ser prorrogado?.....	627
4 Relicitação .....	627
4.1 Quando cabe a relicitação?.....	628
4.2 Quais são os procedimentos prévios à implementação da relicitação? .....	628
4.3 Como se formaliza a relicitação? .....	629
4.4 Quais as providências que incumbem ao Poder Concedente no que se refere à seleção do novo particular?.....	630
4.5 O que acontece se não houver interessados em assumir o projeto?.....	630
Considerações finais.....	631

**AS PRORROGAÇÕES E A RELICITAÇÃO PREVISTAS NA LEI Nº 13.448/2017: UM NOVO REGIME JURÍDICO DE NEGOCIAÇÃO PARA OS CONTRATOS DE LONGO PRAZO**

<b>Rafael Vêras de Freitas.....</b>	<b>633</b>
Introdução.....	633
1 O novo regime das prorrogações contratuais .....	634
2 Da relicitação .....	640
3 O novo regime dos contratos de parceria – Contratos de longo prazo X contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993.....	643
3.1 Não incidência dos limites previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 .....	644
3.2 Da previsibilidade para a adoção de mecanismo do fluxo de caixa marginal, para fins de reequilíbrio.....	647
3.3 Da desvinculação do prazo para a exploração de receitas extraordinárias .....	649
Conclusões.....	652
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>655</b>